

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E BEM-VIVER

Lizandra Andrade Nascimento¹

Sandra Vidal Nogueira²

Daniel Rubens Cenci³

RESUMO: O presente artigo versa sobre o direito ao desenvolvimento e ao bem-viver, propondo a articulação entre os escritos de Hannah Arendt, Amartya Sen e Serge Latouche. O objetivo primordial do estudo é repensar a noção de desenvolvimento, superando as visões restritas ao crescimento econômico e às inovações científico-tecnológicas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, selecionando na obra dos autores e de comentadores, conceitos fundamentais para estabelecer relações entre desenvolvimento e bem-viver, apontando para a incapacidade do homem moderno de cuidar do mundo, em virtude do consumo exacerbado e da recusa ao exercício da política e da cidadania participativa. Os resultados indicam a necessidade de construção de um novo pacto social, despertando a capacidade de cuidado com o mundo, a fim de que esse espaço-tempo possa assegurar a sobrevivência dos seres e, sobretudo, a vida saudável e feliz. A educação tem papel relevante nesse contexto, podendo desenvolver nas novas gerações o desejo de preservar o legado das gerações anteriores e constituir uma sociedade pautada pela equidade, pela justiça e pela solidariedade. Nesse ínterim, articulam-se lutas fundamentais pelos direitos humanos, pelas questões ambientais e humanitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Desenvolvimento. Bem-viver. Cuidado com o mundo. Educação.

RIGHT TO DEVELOPMENT AND WELL LIVING

ABSTRACT: This article deals with the right to development and good living, proposing the articulation between the writings of Hannah Arendt, Amartya Sen and Serge Latouche. The primary objective of the study is to rethink the notion of development, overcoming views restricted to economic growth and scientific-technological innovations. The methodology used is bibliographical research, selecting from the work of authors and commentators, fundamental concepts to establish relationships between development and well-being, pointing to the inability of modern man to take care of the world, due to exacerbated consumption and refusal to exercise of politics and participatory citizenship. The results indicate the need to build a new social pact, awakening the capacity to care for the world, so that this space-time can ensure the survival of beings and, above all, a healthy and happy life. Education plays an important role in this context, being able to develop in new generations the desire to preserve the legacy of previous generations and create a society guided by equity, justice and solidarity. In the meantime,

1 Psicóloga. Mestra e Doutora em Educação. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS. Docente na URI São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br

2 Formada em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação pela PUC/SP e Pós-Doutorado em Direito pela URI/RS. E-mail: Sandra.nogueira@uffs.edu.br

3 Graduado em Direito. Mestre em Direito. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Pós-Doutor em Geopolítica Ambiental Latino-Americana. E-mail: danielr@unijui.edu.br

fundamental struggles for human rights, environmental and humanitarian issues are being articulated.

KEYWORDS: Right. Development. Well-being. Beware of the world. Education.

Considerações Iniciais

As reflexões a respeito do desenvolvimento e sua relação com o bem-viver, nas circunstâncias atuais, implica retomar os sentidos dessa noção, para além do crescimento econômico e ao progresso científico e tecnológico. Entretanto, o termo passou por um esvaziamento de sentido. Como sublinha Sachs (2000), desenvolvimento tornou-se uma palavra amorfa [...] é um termo tão vazio quanto um mero plus.

Trata-se, pois, de um conceito amplo e ambíguo, cujas definições carecem de nitidez. É oportuno distinguir crescimento, desenvolvimento e evolução, sendo que desenvolvimento socioeconômico se relaciona com uma série de fatores, ligados às escolhas e às transformações.

Siedenberg (2006) questiona o desenvolvimento socioeconômico compreendido como melhoria quantitativa e qualitativa das condições de vida de indivíduos e sociedades. Para o autor, as políticas ou estratégias de desenvolvimento social e econômico precisam definir de antemão três aspectos fundamentais: as características, a dimensão e o prazo em que tais mudanças devem se concretizar.

O foco exclusivo nas mudanças quantitativas leva ao esgotamento, devido à finitude dos recursos naturais. Apesar de todos os avanços genéticos e técnicos que a humanidade experimenta, a característica desse ramo do processo de mudanças é a insustentabilidade (SIEDENBERG, 2006, p. 13).

Os limites do desenvolvimento, de acordo com Alcantara e Sampaio (2017), não são absolutos. São condicionados pelo estágio da tecnologia, organização da sociedade, intervenção sobre o ambiente e pela capacidade da biosfera de absorver os impactos das atividades humanas. Por isso, urge a superação da visão clássica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico perpétuo, progresso linear e antropocentrismo desmedido (GUDYNAS apud ALCANTARA e SAMPAIO, 2017).

Em tempos complexos como os atuais, a abordagem superficial ou atrelada unicamente ao crescimento econômico não dá conta de explicar a realidade. Portanto, releva buscar compreensões mais alargadas desse conceito, especialmente, para que possamos vincular a noção às questões do bem-viver e do cuidado com o mundo. Para tanto relevam as ponderações de Hannah Arendt, Amartya Sen e Serge Latouche. Isso porque, embora de estatutos diferentes, os autores indicam a complexidade da relação do homem com o mundo, na sociedade do consumo e dos riscos de um estilo de vida restrito a produzir/consumir.

Dessa forma, após expor brevemente o pensamento de cada autor acerca das ações humanas, articulamos suas considerações na busca de compreensões sobre as possibilidades de repensar as formas de relação com os outros e com o mundo, sobre uma existência com sentido para além da produção e do consumo. Assim, procuramos pensar o desenvolvimento em outra perspectiva.

1 Hannah Arendt e a Condição Humana na Sociedade de Massas

A sociedade, devido a seus enormes apetites e ao desaparecimento dos produtos de consumo, exige da indústria de entretenimentos a rápida produção de novas mercadorias. Por isso, os produtores dos meios de comunicação de massa procuram na cultura passada e presente material aproveitável, que não pode ser fornecido tal qual é; deve ser alterado para se tornar entretenimento, deve ser preparado para consumo fácil.

Para Arendt (1972, p. 260-262), a cultura é destruída para produzir entretenimento, resultando num processo de empobrecimento, em que um tipo de intelectuais, lidos e informados, organiza, dissemina e modifica objetos culturais. As deturpações resultantes das versões para entretenimento são mais fatais para as grandes obras do que o olvido ou desconsideração. Para que possa existir cultura, em sentido específico, estas obras são removidas do processo de consumo e da esfera das necessidades da vida humana.

Os arranjos, que o homem faz para se abrigar e sobreviver, implicam engendrar um mundo, para não falar de uma cultura.

Esse lar terreno somente se torna um mundo no sentido próprio da palavra quando a totalidade das coisas fabricadas é organizada de modo a poder resistir ao processo vital consumidor das pessoas que o habitam, sobrevivendo assim a elas (...). Somente quando essa sobrevivência é assegurada falamos de cultura, e somente quando nos confrontamos com coisas que existem independentemente de todas as referências utilitárias e funcionais e cuja qualidade continua sempre a mesma, falamos de obra de arte (ARENDR, 1972, p. 263).

Na sociedade de massas, as horas de lazer não são mais empregadas para o próprio aprimoramento ou para a aquisição de maior status social, porém para consumir e para entreter cada vez mais. Como não há suficientes bens de consumo para satisfazer os apetites crescentes, em que energia vital precisa ser gasta pelo consumo, a própria vida se esgota valendo-se de coisas que jamais foram a elas destinadas.

Disso resulta que a cultura de massas dá lugar ao entretenimento de massas, alimentando-se dos objetos culturais do mundo.

Crer que tal sociedade há de se tornar mais “cultivada” com o correr do tempo e com a obra da educação constitui, penso eu, um fatal engano. O fato é que uma sociedade de consumo não pode, absolutamente, saber como cuidar de um mundo e das coisas que pertencem de modo exclusivo ao espaço das aparências mundanas, visto que uma atitude central ante todos os objetos, a atitude do consumo, condena à ruína tudo em que toca (ARENDR, 1972, p. 264).

O animal laborans não se mostra capaz de cuidar do mundo, posto que não vivencia a cultura em seu sentido ligado à política: cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar relaciona-se com o trato do homem com a natureza, no sentido de adequá-la à habitação humana.

As atividades políticas, o agir e o falar demandam a presença dos outros. A condição para a ação é a pluralidade, enquanto capacidade de individualização. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDR, 1989, p. 16). A ação não é mediada por objetos e sim pela fala, não estando ligada à vida nem aos artefatos,

mas à interlocução e interação entre os homens. A ação não se situa nem no campo da necessidade (labor) nem na utilidade (fabricação), mas da liberdade, da pluralidade.

Em termos gerais, a cultura indica que o domínio público, que é politicamente assegurado por homens de ação, oferece seu espaço de aparição àquelas coisas cuja essência é aparecer e ser belas (ARENDR, 1972, p. 272). A cultura indica que a arte e a política se inter-relacionam e até mantêm uma relação de interdependência.

O juízo é uma das faculdades fundamentais do homem enquanto ser político à medida que lhe permite se orientar num domínio público, no mundo comum. Para os gregos essa faculdade (*phrónesis*), ou discernimento era a principal virtude do político, em distinção à sabedoria do filósofo. Enquanto o discernimento que julga se assenta no senso comum, o pensamento especulativo o transcende. Através do julgamento se torna possível ajustar as percepções sensórias, pessoais e subjetivas a um mundo comum e objetivo, permitindo compartilhar o mundo com os outros.

Aguiar (2001, p. 164) insiste que:

A condição do julgamento é a dignidade humana, a possibilidade da ação espontânea dos homens no mundo. O pré-requisito essencial de um pensamento, cujo eixo é a noção de julgamento, é a tomada de consciência de que a trama da história é cozida de interrupções, em face do caráter imprevisível, ontologicamente indeterminado e descontínuo da ação humana. A compreensão é, assim, a tentativa arendtiana de, contrapondo-se ao determinismo histórico e ao cientificismo, repor a discussão do sentido singular dos acontecimentos, a autonomia do julgamento e a reconciliação com a realidade como condições de uma ação e decisão responsáveis a respeito do percurso a ser dado na trama dos negócios humanos. Conjuga-se, desse modo, com a sua defesa da cidadania e da opinião, como instâncias de legitimidade do político.

A dimensão intersubjetiva do juízo aponta para o reconhecimento da alteridade, a dimensão autônoma para o pensar e a compreensiva para a significação, constituindo as condições para uma filosofia que se reconcilie com a política. Arendt enfatiza que a *humanitas* implica o cultivo de atitudes voltadas a preservar, admirar e cuidar das coisas do mundo; que releva exercitar livremente nosso gosto, acima das especialidades que aprendemos e exercemos; que igual aos romanos, podemos considerar culta, aquela pessoa que sabe escolher suas companhias, coisas e pensamentos (ARENDR, 1972, p. 279-81).

Em consequência do consumo exacerbado, os homens abrem mão do exercício do gosto. Ou seja, ao substituir as atitudes de apreciação e de julgamento, pelo mero entretenimento e consumo, o homem moderno fica impossibilitado de julgar as coisas do mundo e de conferir-lhes uma significação humana. Isso porque: “O gosto humaniza o mundo do belo ao não ser por ele engolfado; cuida do belo à sua própria maneira ‘pessoal’ e produz assim uma ‘cultura’” (ARENDR, 1972, p. 279).

Como o homem moderno utiliza seu tempo para laborar e consumir, acaba por confundir felicidade com saciedade. Trata-se de uma inversão perigosa, posto que se passa a pensar que quanto mais produz e mais consome, mais feliz é o indivíduo.

De acordo com Correia (2008), politicamente, importa realçar, enfim, o fato de que uma sociedade de consumidores não é capaz de cuidar do mundo onde se desenrola a vida política, uma vez que seu modo de lidar com todos os objetos, a

atitude de consumo, condena à ruína tudo em que toca. O consumidor é o avesso do cidadão.

A vitória do animal laborans traduz a vitória da condição natural de vivente sobre qualquer outra condição da existência humana. Na história do pensamento político pré-moderno, jamais se concebeu a possibilidade de nos convertermos em meros animais vivos, incapazes de uma existência política que seja mais que a gestão do contentamento animal. Na modernidade, assim pensa Arendt, o modo de vida do consumidor venceu, e mesmo o juízo mais pessimista sobre as implicações políticas de tal vitória dificilmente será um exagero. Se algum dia o animal laborans puder enfim saltitar desimpedido, após tudo apegar e condenar à ruína, e se for completa a vitória da saciedade sobre a felicidade pública, da mera fruição da vida biológica sobre a inquietação com a finitude ou sobre o desejo de imortalidade – que, para os antigos, junto ao desejo de confirmar-se como livre na ação junto aos outros, era a razão do engajamento na vida política –, a derrota da política será talvez também completa (CORREIA, 2008).

A busca da saciedade justifica a destruição da cultura e engendra a recusa em assumir a responsabilidade pelo mundo. O homem moderno não se sente responsável pela preservação da cultura e do espaço comum às múltiplas gerações. E, portanto, condena à ruína a tudo que toca, consumindo com voracidade tudo aquilo que é produzido pela cultura presente e passada.

A vitória do *animal laborans* foi explicada por Arendt (2005, p. 335) pela necessidade de ‘laborar’ para assegurar a vida individual. Tudo aquilo que não fosse necessário e não exigido pelo metabolismo da vida com a natureza, era supérfluo ou só poderia ser justificado em termos de alguma peculiaridade da vida humana em oposição à vida animal. No mundo moderno, não apenas a contemplação se tornou experiência totalmente destituída de significado, o próprio pensamento, tornando-se mera ‘previsão de consequências’, passou a ser função do cérebro, em função da descoberta de que os instrumentos eletrônicos exercem esta função melhor que nós. A ação passou a ser concebida em termos de fazer e fabricar.

2 Desenvolvimento e Liberdade segundo Amartya Sen

Amartya Sen (2010) contribui significativamente para tais discussões, pois considera restritas as abordagens que apresentam desenvolvimento como sinônimo de “crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”. Para Sen (2010, p. 16), o conceito tem a ver com as liberdades reais que os indivíduos desfrutam. O crescimento do PNB e das rendas individuais são importantes para expandir as liberdades. Todavia, essas dependem também de outros fatores, como “as disposições sociais e econômicas (como os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)”.

Nas palavras do autor:

[...] a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio

específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdade substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo.

O desenvolvimento propicia a expansão das liberdades humanas, ampliando as capacidades de alcançar objetivos. É por meio do desenvolvimento que as pessoas podem vivenciar a liberdade, e, conseqüentemente, buscar a concretização de seus desejos, suprir necessidades e expandir seus horizontes vivenciais.

Mallmann e Zambam (2019) argumentam que as liberdades usufruídas pelos sujeitos são provenientes do desenvolvimento. Ao expandir as liberdades, o desenvolvimento oportuniza aos indivíduos a realização de suas próprias escolhas, daquilo que consideram indispensável à sua sobrevivência. Assim, o desenvolvimento relaciona-se com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e com a ampliação da capacidade de escolha.

Para Amartya Sen (2010, p. 16), o desenvolvimento requer a remoção das principais formas de privação da liberdade, tais como a “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Essas formas de privação de liberdade limitam as possibilidades humanas de agir em conjunto com os demais e de constituir as bases para a existência digna e satisfatória.

Sen (2010, p. 17) apresenta as razões pelas quais a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento: a razão avaliatória e a razão da eficácia. “A avaliação do progresso verifica se houve aumento das liberdades das pessoas”. A análise da eficácia “depende da livre condição de agente das pessoas”. Para promover desenvolvimento, os indivíduos precisam desfrutar das liberdades e possuir condições para fazer escolhas e participar ativamente.

O papel constitutivo da liberdade relaciona-se com as capacidades elementares do indivíduo, como alimentação, saúde, educação de qualidade e efetiva participação social. O desenvolvimento envolve a expansão das liberdades básicas. Para Sen (2010, p. 57), o papel instrumental da liberdade é o “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento”.

Mallmann e Zambam (2019) explicam a relação entre os papéis da liberdade, destacando que para vivenciar o aspecto constitutivo da liberdade de possuir boa saúde, é necessária liberdade instrumental de alimentar-se adequadamente, praticar atividade física, descansar, viver em local livre de poluição, entre outros.

Sen (2010) considera como liberdades substantivas, a capacidade de evitar a fome, a desnutrição, as doenças, morte prematura, entre outras. As liberdades instrumentais possibilitam aos sujeitos expandirem as liberdades substantivas, e subdividem-se em: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Elas permitem uma vida livre e complementam-se umas às outras.

O autor classifica as liberdades políticas como as escolhas pessoais na área política e a liberdade para criticar os governantes; as facilidades econômicas como oportunidades para usar recursos econômicos para consumo, produção ou troca; as oportunidades sociais como disposições sociais nas áreas da saúde e educação, que influenciam na ampliação das liberdades substantivas voltadas à qualidade de

vida dos indivíduos; as garantias de transparência como a liberdade de lidar uns com os outros com garantia de dessegredo e clareza; a segurança protetora como rede de segurança social, impedindo que a população seja reduzida à miséria, fome ou morte (SEN, 2010, p. 58-60). As liberdades instrumentais elevam as liberdades substantivas e cooperam para a melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento humano.

Sendo assim, no entendimento de Sen (2010), as liberdades desempenham duplo papel: são fins e meios do desenvolvimento. É necessário que os indivíduos gozem de liberdade e o desenvolvimento gera mais liberdades. À medida que têm acesso a condições econômicas favoráveis e a disposições sociais e políticas, como saúde, educação, participação cidadã, ampliam a própria liberdade e passam a ter melhor qualidade de vida. O desenvolvimento faz sentido quando repercute na expansão das capacidades e liberdades humanas.

Nesse enfoque, o autor compreende que a pobreza implica muito mais do que simplesmente renda, estando relacionada com a privação das capacidades. Por isso, o desenvolvimento não pode ser medido unicamente pela análise do PIB ou comparando-se níveis de renda e riqueza. Torna-se imprescindível analisar os impactos na qualidade de vida dos indivíduos em termos de liberdade, justiça social e acesso a condições que lhes permitam ser quem desejam ser e viver com dignidade.

3 Serge Latouche e o Decrescimento como Alternativa ao Desenvolvimento (In)Sustentável

Na busca de entendimento a respeito do conceito de desenvolvimento, observa-se a necessidade de superar as concepções restritas às questões econômicas, que vinculam desenvolvimento à geração de renda e aumento da capacidade de consumo. Nessa perspectiva, Serge Latouche (2009), no *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, apresenta pontos relevantes para reflexão e debate.

O autor denuncia a impossibilidade de existência de uma sociedade ambientalmente equilibrada e socialmente equitativa seguindo os moldes da sociedade do consumo. Dessa postura decorre a noção de decrescimento.

Latouche (2009, p. 4-5) defende o decrescimento como abandono do objetivo do crescimento ilimitado, que traz consequências desastrosas para o ambiente e, portanto, para a humanidade. O autor alerta para o perigo de confundir essa noção com crescimento negativo, que poderia ser uma catástrofe, devido aos riscos de prejuízos a programas sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais. O decrescimento só pode ser considerado em uma “sociedade de decrescimento”, baseada em outra lógica.

Para Latouche (2009, p. 6), o decrescimento significa “rejeitar o culto irracional e quase idólatra do crescimento pelo crescimento. Parte de uma crítica radical do desenvolvimento para constituir um projeto alternativo para uma política do “após-desenvolvimento”, cuja meta é “uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos”. Essa proposta procura abrir espaço para a inventividade e a criatividade do imaginário bloqueado pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista.

Latouche (2009) assinala que a confusão entre desenvolvimento e crescimento é culpa nossa e intencionalmente mantida pela ideologia dominante.

Contudo, “para que o outro mundo em que depositamos nossas esperanças não se pareça demais com este em que vivemos, está na hora de descolonizarmos nossos imaginários” (p. 11-12).

O decrescimento aparece como alternativa a um modelo de desenvolvimento pautado no consumo exacerbado, cujas bases são o progresso, a ciência e a técnica. Com base em Nicholas Georgescu-Roegen, Latouche (2009) lembra que a alta produção gera grandes resíduos, demarcando a impossibilidade de um crescimento infinito num mundo finito.

O crescimento econômico, pautado no aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB) é insustentável. Como percebe-se o simples crescimento do PIB não garante melhores condições de vida para a sociedade humana e coloca em risco o ecossistema global. Daí a relevância do decrescimento como contraponto ao crescimento pelo crescimento.

Latouche (2009) ressalta a toxicodependência do crescimento, descrita como sintoma de uma sociedade viciada na ideia de crescer infinitamente. Nesse contexto, encontram-se os fissurados em supermercados, os workaholics, altos executivos que passam a utilizar antidepressivos em larga escala, ou até cocaína para manter o rendimento. O hiperconsumo do indivíduo contemporâneo ‘turbo-consumidor’ redundando na infelicidade, na derrelição. Tal situação busca amparo na indústria dos ‘bens de consolação’ (LATOUCHE, 2009, p. 22-23).

O crescimento econômico excessivo choca-se com os limites da finitude da biosfera. A capacidade de regeneração da Terra já não consegue acompanhar a demanda: o homem transforma os recursos em resíduos mais rápido do que a natureza consegue transformar esses resíduos em novos recursos (LATOUCHE, 2009, p. 27).

Desse modo, conforme o autor, estamos vivendo a crédito, pois tanto pelo viés da equidade de direitos de saque sobre a natureza quanto pelo viés da capacidade de carga da biosfera, os resultados são insustentáveis. Seriam necessários outros Planetas para pagar a dívida da insustentabilidade.

Pensando em soluções para esses impasses, Latouche (2009) salienta que a ideia do decrescimento implica em uma revolução cultural, que culminará na refundação do político, posto que os regimes tanto da república quanto das ditaduras ou sistemas totalitários, foram produtivistas, propondo o crescimento econômico (p. 40). O projeto de decrescimento pode ser considerado como uma utopia, uma fonte de esperança, um sonho, propondo uma ação política pautada no respeito às exigências ecológicas atuais.

O projeto de decrescimento propõe um círculo virtuoso baseado nos oito erres: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. Latouche (2009, p. 42) acredita que essas atitudes são capazes de desencadear um processo de decrescimento sereno, convivial e sustentável. Isso porque, permitem o alcance do equilíbrio econômico e ambiental.

Ao descrever cada um dos erres, Latouche (2009) traz pistas significativas sobre o projeto de decrescimento. Resumidamente, cada erre significa:

- *Reavaliar* supõe repensar os valores burgueses, passando de uma crença na dominação da natureza para a busca de uma inserção harmoniosa, deixar de ser predador e passar a ser jardineiro (p. 44-45).

- *Reconceituar* requer lançar outros olhares para apreender a realidade, repensando conceitos como riqueza/pobreza, escassez/abundância.

- *Reestruturar* supõe adaptar o sistema produtivo aos novos valores, a partir de uma mudança de paradigma.

- *Redistribuir* tem a ver com o igualitário acesso às riquezas, de modo a reestruturar as relações sociais.

- *Relocalizar* supõe recuperar a ancoragem territorial. “Isso implica que toda decisão econômica, política e cultural que possa ser tomada em escala local deve ser tomada localmente” (p. 49).

- *Reduzir* refere-se à diminuição do impacto dos hábitos de produção e consumo sobre a biosfera. A construção de uma sociedade serena requer a recuperação de “dimensões recalcadas da vida: o prazer de cumprir seu dever de cidadão, o prazer das atividades de fabricação livre artística e artesanal, a sensação do tempo recuperado para a brincadeira, a contemplação, a meditação, a conversação, ou até, simplesmente, para a alegria de estar vivo” (p. 53).

- *Reutilizar/reciclar* propõe reduzir o desperdício desenfreado, combater a obsolescência programada dos equipamentos e de reciclar os resíduos não reutilizáveis diretamente.

A utopia da construção desse outro mundo possível, demanda a articulação dos oito erros, promovendo uma revolução cultural que resulta na implementação do decrescimento. O ponto de ancoragem dessa revolução é outro erro: *resistir*. a resistência, nesse caso, é entendida como a possibilidade de fazer frente aos imperativos do consumismo e da produtividade.

O decrescimento não pode ser concebido como um retrocesso. Mas, como a transformação do estilo de vida da humanidade, posto que os modos de produção e consumo vigentes são insustentáveis, por serem desmedidos e irrestritos, e, portanto, incompatíveis com a capacidade de regeneração do Planeta. O projeto de decrescimento propõe mudanças a nível cultural, político, jurídico e social, enfatizando a qualidade de vida e a sobrevivência do Planeta. Por tal razão, demanda a ética da responsabilidade (LATOUCHE, 2009, p. 92), enquanto pensamento ético voltado à mudança de postura diante da biosfera a nível global, sensibilizando a sociedade quanto à relevância da preservação planetária e do cuidado. Trata-se, pois, de uma “batalha pela sobrevivência da humanidade”, como o próprio Latouche define.

4 O Desenvolvimento e a (In)Capacidade de Cuidar do Mundo

Um dos pontos de convergência nas teorias de Arendt, Sen e Latouche é a preocupação com o modo de vida insano do homem moderno. Para os autores, o ciclo vicioso de labor/produção e consumo promove a destruição da cultura e desrespeita a capacidade de regeneração da natureza, comprometendo a qualidade de vida e a sobrevivência no Planeta.

A partir dessas reflexões, o desenvolvimento, para além de tecnologias e avanços científicos, precisa garantir o cuidado com o mundo e não com a vida individual. Entretanto, na sociedade de massas, o mundo perdeu a força de manter as pessoas juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. E, como realça Arendt (2010, p. 64), o mundo comum – em que os indivíduos adentram ao nascer e que deixam para trás quando morrem– só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública.

O mundo público é também onde os homens, liberados da necessidade da luta pela vida, encontram-se e juntos constituem, por palavras e atos, o *bios*

*politikos*⁴. Como esclarece Carvalho (2013, p. 79), trata-se de uma terceira dimensão da existência humana, onde a ação volta-se não para a manutenção da vida ou para a produção de objetos, mas para a constituição da teia de relações humanas, em que transcorre a dimensão pública e política da existência; a ação (*práxis*).

O encurtamento da esfera pública compromete o lugar da política e demarca a expansão do social. Benvenuti (2010, p. 25) assinala que o fato de a vida ter assumido o lugar mais digno dentre todas as outras condições de existência e de nossas atividades estarem regidas pelo labor, pela lógica da necessidade é uma das expressões desse fenômeno. Do mesmo modo, Correia (2010, p. 818) elucida que a conversão da vida em bem supremo, juntamente com a vitória do animal *laborans* e do princípio de felicidade, representa o ocaso da política, sendo que estes se constituem como marcos da interpretação arendtiana da modernidade.

Em consequência da ascensão do âmbito social, os domínios público e privado confundem-se; a esfera pública é apropriada para a satisfação de interesses privados e os governos controlam os espaços privados. A esfera privada restringe-se à intimidade e limita as possibilidades de ação dos cidadãos na esfera pública. Isso porque, como descreve Carvalho (2013, p. 81), no mundo moderno, a manutenção da vida e o consumo adquirem crescente importância, comprometendo a durabilidade do mundo comum, posto que, na ordem “social” os bens supremos passam a ser a garantia da própria vida e do bem-estar da família.

Carvalho alerta para o fato de que a estrutura espacial das cidades progressivamente deixa de ser palco para a ação, para a reunião dos cidadãos, passando a ter suas vias projetadas para a circulação de mercadorias, e

[...] para o deslocamento de um transeunte que vai da esfera íntima do lar à esfera privada da produção ou da distribuição de mercadorias; frequentemente em um veículo próprio. E o ponto de encontro não é a praça pública, mas o *shopping center*; moldado não para abrigar a igualdade dos cidadãos, mas a diferenciação dos consumidores (*Ibidem*, p. 81).

Diante disso, o mundo deixa de ser um artifício comum partilhado pelas distintas gerações, pois o apetite voraz, típico do homem moderno, torna rapidamente obsoletos os objetos, as ideias e as relações, exigindo a produção exaustiva de novos produtos. Nesse contexto, predominam os interesses particulares e o trabalho, em detrimento da ação política.

Amartya Sen (2000) denuncia que nessas condições fica comprometido o acesso aos direitos civis e são produzidas sérias desigualdades. A manutenção do espaço público e o exercício da participação cidadã são imprescindíveis para que os indivíduos possam participar e se expressar a respeito dos direitos.

Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência. Ao examinarmos o papel dos direitos humanos no desenvolvimento, precisamos levar em conta tanto a importância constitutiva quanto a importância instrumental dos direitos civis e liberdades políticas (SEN, 2000, p. 31).

4 Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt (2010, p. 15-17) explica que a expressão *bios politikos*, no emprego aristotélico do termo, distinto do sentido medieval, denotava a esfera dos assuntos humanos, com ênfase na ação, *práxis*, necessária para estabelecê-la e mantê-la. Para Aristóteles, só duas atividades eram políticas e constituintes de *bios politikos*: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*).

Como argumenta Pires (2017, p. 41), Amartya Sen reflete sobre “as diversas liberdades que precisam ser consideradas desde a escolha de alimentos até as formas de intercâmbio comercial, as quais decidem sobre a qualidade de vida da população”. O deslocamento do foco da liberdade para a utilidade acarretou na desvalorização da liberdade mesma, fortalecendo reações no âmbito dos trabalhadores, na lógica do contrato. A liberdade como expressão de um produto social fortalece as liberdades individuais e contribui para que as disposições sociais sejam eficazes.

Pires (2017, p. 43) assinala o mérito de Amartya Sen por pensar na viabilidade democrática, para além dos estatutos tradicionais da economia e da política, propiciando um olhar distinto acerca das esferas do desenvolvimento. Sen considera o desenvolvimento como prática democrática a ser fortalecida para ser efetiva. Refletindo sobre o mercado e seus mecanismos, o autor expressa sua preocupação com liberdades e desigualdades.

A leitura dos escritos de A. Sen leva a pensar na possibilidade da configuração de um novo projeto de sociedade, em que os sujeitos, a partir da vivência de suas liberdades, constituam novos pactos, respeitando os direitos e a democracia. A conjunção entre mercado e garantia de qualidade de vida e oportunidades sociais pode configurar uma sociedade democrática, garantidora de direitos.

Por sua vez, Latouche (2009) considera o consumo como a arma absoluta da sociedade do crescimento. Em decorrência da obsolescência programada, “em prazos cada vez mais curtos, os aparelhos e equipamentos, das lâmpadas elétricas aos pares de óculos, entram em pane devido à falta intencional de um elemento” Citando Victor Lebow, Latouche (2009) destaca que “nossa economia, imensamente produtiva, exige que façamos do consumo nosso estilo de vida [...]. Precisamos que nossos objetos se consumam, se queimem e sejam substituídos e jogados fora numa taxa continuamente crescente” (LATOUCHE, 2009, p. 21).

As consequências são a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico, a desigualdade social e a pobreza extrema são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado. Na história da humanidade, a sustentabilidade é o significante de uma ruptura fundamental, representando o sintoma de uma crise de civilização que culmina na transição da modernidade fragmentada, dividida e caótica, para uma pós-modernidade incerta, um novo momento histórico marcado pela diferença e pela autonomia.

Sen (2010) argumenta que o papel de cada cidadão envolve a capacidade de pensar, valorizar e agir, e isso requer conceber os seres humanos como agentes, em vez de meramente recipientes. O autor ressalta que a postura passiva de “recipiente” atende o interesse do mercado e portanto, garante o cumprimento do papel de consumidor. A ideia de reflexão/ação leva ao debate da democracia, pois a formação do pensamento crítico, demandará espaços de participação do cidadão na defesa de seus pontos de vista, proporcionando a mudança prática comportamental.

Conforme Latouche (2009) a mudança indispensável não se fará apenas com uma eleição, instituindo um novo governo. O autor defende uma ação radical, “uma revolução cultural, nem mais nem menos, que deveria culminar numa refundação do político”, com uma nova visão de bem estar com mudanças práticas como a adoção de uma alimentação saudável, mais lazer e convivialidade. Ainda segundo Latouche o desenvolvimento com sustentabilidade “tem de ser uma espécie de síntese entre a tradição perdida e a modernidade inalcançável” (2009, p.87).

Do contraponto ao desenvolvimento baseado em princípios capitalistas de produção e consumo emerge a proposta de decrescimento, modo de produção baseado na diminuição do consumo e produção em larga escala, sugerindo um modelo de produção e consumo equânimes e suficientes.

(...) aceitemos que há que fortalecer com clareza a dimensão anticapitalista da proposta decrescimentalista, e sublinhar que a necessária vontade de questionar a ordem de propriedade do capitalismo —com a defesa duma propriedade coletiva socializada e autogestionada— deve ser acompanhada de medidas que cancelem a ilusão de podermos continuar crescendo de forma indiscriminada. E perguntemos aos companheiros que se reclamam da insurreição ao tempo que abominam do decrescimento qual é o lugar desde o que falam, porque parece que se dispõem de precisos instrumentos de análise da realidade e de poderosos movimentos que obrigassem a concluir que a sua proposta é claramente preferível. (TAIBO, 2010, p.71)

Na visão de Taibo (2010), a proposta decrescimentalista de questionar a ordem do capitalismo é necessária para uma crítica social atual da sociedade, que não comportará mais a utilização dos recursos naturais do planeta, se tal exploração permanecer como está. A humanidade prescinde de ver o todo, urge se livrar do preconceito ocidental, de que o ser humano é o centro do Universo, e de que toda criação está para servir, de que se têm o direito de usar e abusar do meio ambiente sem responsabilidade. Isto é, abolir a ideia de que a vida dos outros seres só tem sentido em função da sua utilidade.

Taibo (2010) salienta a necessidade de alteração da ordem econômica neoliberal:

Não há decrescimento defendível, noutras palavras, se não se contestarem em paralelo a ordem capitalista e a sua dimensão de exploração, injustiça e desigualdade. Numa chave sugestiva, essa tarefa não parece difícil: «A ecologia é subversiva porque põe em questão o imaginário capitalista que domina o planeta. Rejeita o motivo central que assinala que o nosso destino consiste em acrescentar sem parar a produção e o consumo (TAIBO, 2010, p. 104).

Nos saberes da matriz do decrescimento, muitos movimentos sociais se integram, por exemplo: os movimentos camponeses que rejeitam o produtivismo; movimentos pela abolição da dívida ecológica que obriga os países a exportar quantidades imensas em produtos primários, destituindo o equilíbrio ambiental; movimentos dos bens comuns; movimentos de recuperação da terra; de acesso à água; de justiça climática; movimentos pela descentralização energética, por cidades em transição, *slow food* (comida lenta), *slow science* (ciência lenta), *slow cities* (cidades lentas), *low tech* (baixa tecnologia) (SÓLON, 2019, p.79).

Viver bem implica em valorizar as experiências da vida, não só o aspecto material. A vida material, por exemplo, é apenas um aspecto e não deve se reduzir à acumulação de coisas e objetos. Temos de aprender a praticar a crença que se tenha, parafraseando Sólon, trabalhar pela comunidade, valorizar os mais velhos, cuidar da natureza, respeitar e aprender também a morrer, porque a morte é parte integral do ciclo da vida (SÓLON, 2019, p. 25).

Construir um mundo melhor significa não apenas a sobrevivência dos seres, mas o da vida saudável e feliz. A utopia democrática que queremos como educadores(as), está numa sociedade na qual a equidade, a justiça e a

solidariedade são a verdade do cotidiano vivido pela coletividade global (NOAL, BARCELOS, 2003, p.18). Em suma, é importante valorizar os saberes antigos e aqueles que estão em construção, valorizar os horizontes utópicos de outras formas sociais não é dissimulado. É resgatar eixos fundamentais para direcionar e estimular lutas pelos direitos humanos essenciais, bem como as questões ambientais junto à comunidade, dando nova substancialidade aos saberes e à educação.

Considerações Finais

Nesse contexto, torna-se desafiador pensar possibilidades de reverter esse cenário e constituir uma sociedade capaz de cuidar do mundo. Na busca de respostas a essa indagação, concordamos com Arendt (2005), quando lembra que o homem moderno não perdeu, totalmente, as suas capacidades. Os homens persistem em fabricar, fazer e construir, embora tais faculdades se limitem cada vez mais aos talentos do artista, de sorte que as respectivas experiências de mundaneidade escapam cada vez mais à experiência humana comum. Ainda possuímos capacidade de agir. Contudo, a ação passou a ser uma experiência limitada a um pequeno grupo de privilegiados – os cientistas. Os que ainda sabem o que significa agir são poucos, talvez até menos numerosos que os artistas e sua experiência ainda mais rara que a experiência genuína do mundo e do amor pelo mundo.

Frente à capacidade do homem de agir, é possível apostar na natalidade, no fato de que seres novos nascem para o mundo e podem introduzir o novo. Um dos principais atributos humanos é a capacidade de agir e iniciar séries novas de acontecimentos. A esperança repousa, portanto, na natalidade e no *amor mundi*. A capacidade de iniciar o novo, permite ao indivíduo assumir as suas responsabilidades pelo mundo, com base no reconhecimento da obra das gerações passadas e no desejo de que tais obras continuem a existir para as gerações vindouras. E, em se tratando de ambiente, o *amor mundi* reflete-se no desejo de que este espaço seja adequado à vida da coletividade, assegurando não apenas a saciedade, mas, sobretudo a felicidade, concebida como vida plena de significado, em que mais do sobreviver e garantir a satisfação das necessidades de ordem biológica, somos capazes de agir, pensar, amar, conviver, fazer escolhas e participar politicamente.

A educação tem papel primordial, posto que a partir da construção do conhecimento e da compreensão do mundo, os indivíduos podem exercer a cidadania de modo efetivo. Educar-se significa inserir-se num espaço-tempo dedicado ao acesso ao legado cultural do passado, ao desenvolvimento de habilidades e competências, à construção de conceitos e à partilha de significados, possibilitando a ampliação dos entendimentos sobre o mundo e a sua inserção nesta esfera, responsabilizando-se por seus rumos.

Adotar uma atitude de cuidado com relação ao mundo, implica, assim, admitir que o ser humano é totalmente dependente do meio ambiente e dos organismos vivos que o compõem e que a destruição ambiental equivale a destruição do habitat humano. Responsabilizar-se pelo mundo requer a preservação, enquanto condição *sine qua non* para a qualidade de vida humana no planeta terra. A compreensão das interconexões existentes em toda a dinâmica da sociedade e sua relação com a natureza torna-se indispensável.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. **Filosofia e Política no Pensamento de Hannah Arendt**. Fortaleza: EUFC, 2001.
- ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem-Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível**. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 40, p. 231-251, abril 2017.
- ARENDRT, Hannah. *A Crise da Cultura*. In: ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____, **A Condição Humana**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____, **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Verdade e política*. In: ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BENVENUTI, Erica. **Educação e Política em Hannah Arendt: um sentido político para a separação**. São Paulo, USP, 2010.
- CARVALHO, José Sérgio. **Educação: uma herança sem testamento**. São Paulo: USP, 2013.
- CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Filosofia Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2008.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo; Martins Fontes, 2009.
- MALLMANN, Liana Zerbielli Trentin. ZAMBAM, Neuro. **O Direito Humano à Educação: Uma Abordagem do Desenvolvimento em Amartya Sen**. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre*, v. 35, n. 2, 347-362, jul./dez. 2019.
- NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. **Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2003.
- PIRES, Cecília. O ENCONTRO DA JUSTIÇA COM A ÉTICA PARA SUPERAÇÃO DA POBREZA. UMA ANÁLISE CRÍTICO- HERMENÊUTICA DOS SIGNIFICADOS DE IGUALDADE E LIBERDADE. In: ZAMBAM, Neuro José; KAMPHORST, Marlon André (Orgs.). **Estudos sobre Amartya Sen**. Volume 2: Justiça, Liberdade e Desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, s.n., 2000.
- SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso**. *Cadernos EBAPE BR*, v. 4, n. 4, dez. 2006.
- SEN, Amartya e Bernardo Kliksberg. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo; Companhia das letras, 2010.
- SOLÓN, Pablo. **Alternativas Sistêmicas - Bem Viver, Decrescimento, Comuns**,

Ecofeminismo, Direitos da Mãe - Terra e Desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SONTHEIMER, Kurt. *Prefácio*. In: ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TAIBO, Carlos. **Decrescimento, Crise, Capitalismo.** Compostela/Portugal: Editora Estaleiro, 2010.